



RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC
Ano 8 - Número 451 - 23/03 a 27/03/2026

Sumário

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
- Notícias do Executivo
- Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
- e-Social
- Outras Notícias
- Atos Normativos
- Dados estatísticos do TST

Destaque da Semana

[MTE amplia prazo para empresas divulgarem o 5º Relatório de Transparência Salarial](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 25/03/2026

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) prorrogou, de 31 de março para 6 de abril, o prazo para que empresas com 100 ou mais funcionários publiquem o Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios. Desde 20 de março, o documento já está disponível para download no [portal Emprega Brasil](#).

Os empregadores podem baixar o documento e publicá-lo em seus canais institucionais — como sites, redes sociais ou outros meios equivalentes —, assegurando fácil acesso e ampla visibilidade para trabalhadores e para o público em geral.

A publicação do relatório pelas empresas é obrigatória. O descumprimento pode resultar na aplicação de multa, conforme previsto na legislação. O MTE já realiza o monitoramento e a fiscalização do cumprimento da exigência.

A mudança de prazo se deve a problemas técnicos no acesso aos dados. “Para evitar qualquer problema para as empresas, estamos ampliando o prazo de divulgação do quinto relatório até o dia 6 de abril”, ressalta Paula Montagner, subsecretária de Estatísticas e Estudos do Trabalho do MTE. Segundo ela, a expectativa é publicar o relatório com todos os dados consolidados no início do mês de abril.

Esta é a quinta edição do relatório, previsto na Lei da Igualdade Salarial, que tem como objetivo dar transparência às diferenças de remuneração entre mulheres e homens que exercem a mesma função.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Supremo valida lei que classifica visão monocular como deficiência](#)

Supremo Tribunal Federal - 24/03/2026

O Supremo Tribunal Federal (STF) validou a lei que classifica a visão monocular como deficiência sensorial do tipo visual para todos os efeitos legais. A decisão foi tomada no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6850, na sessão plenária virtual concluída em 20/3.

[STF vai decidir se contribuição previdenciária patronal incide sobre 13º proporcional ao aviso-prévio indenizado](#)

Supremo Tribunal Federal - 23/03/2026

O Supremo Tribunal Federal (STF) irá decidir se a contribuição previdenciária patronal incide sobre o 13º salário proporcional devido no aviso-prévio indenizado, parcela paga quando o empregado é dispensado de trabalhar no período, mas recebe o salário correspondente. A questão é objeto do Recurso Extraordinário (RE) 1566336, que teve repercussão geral reconhecida (Tema 1.445) pelo Plenário Virtual

[Projeto Elas em Pauta mobilizou Justiça do Trabalho com acordos relevantes e casos de impacto social](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 27/03/2026

No mês da mulher, a Justiça do Trabalho promoveu, em todo o Brasil, de 9 a 13 de março, o projeto Elas em Pauta. A ação priorizou conciliações envolvendo processos cujas partes são mulheres e mobilizou os tribunais regionais em uma atuação coordenada para ampliar o acesso à Justiça e estimular soluções consensuais.

RADAR TRABALHISTA

[Justiça do Trabalho adota modelo digital obrigatório de GRU](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 27/03/2026

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) estabeleceu novos procedimentos para o recolhimento de custas processuais e emolumentos no âmbito da Justiça do Trabalho. A partir de 3 de abril, os pagamentos passam a ser realizados exclusivamente por meio de Guia de Recolhimento da União em formato digital (GRU Digital).

[Decisão é anulada por desconsideração de voto já proferido no TRT](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 26/03/2026

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho anulou uma decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (MA) em razão da desconsideração do voto proferido por um desembargador no julgamento de um recurso envolvendo um professor da Associação de Ensino Superior (Ceuma), de São Luís (MA). Segundo o colegiado, não há base legal ou regimental para desconsiderar voto já regularmente proferido em sessão de julgamento.

[Fábrica de alimentos é condenada por dispensar operador com doença de Crohn](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 26/03/2026

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho considerou discriminatória a dispensa de um operador de máquinas de laminação da Marilan Alimentos S.A. diagnosticado com Doença de Crohn e dispensado sem justa causa. O colegiado restabeleceu a sentença que havia declarado nula a rescisão contratual e condenou a empresa a pagar indenização correspondente ao período de afastamento, até a data da decisão.

[TST decide que gestantes em contratos temporários têm direito à estabilidade](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 25/03/2026

RADAR TRABALHISTA

O Pleno do Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu, nesta segunda-feira (23), alterar sua jurisprudência e passar a reconhecer o direito à estabilidade provisória de gestantes contratadas sob regime de trabalho temporário. A mudança ocorreu após a maioria do colegiado concluir que o entendimento anterior da Corte estava superado por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema.

[Câmera de vigilância instalada em copa não viola intimidade de empregados](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 25/03/2026

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho isentou a Soluções Serviços Terceirizados, de Salvador (BA), da condenação por dano moral coletivo por ter instalado câmera de vigilância na copa dos empregados. Segundo o colegiado, a medida não expõe os trabalhadores a situação humilhante ou vexatória nem viola sua privacidade.

[TST considera válido recolhimento de custas e depósito recursal por terceiro](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 24/03/2026

O Pleno do Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu que é válido o pagamento das custas e do depósito recursal por terceiro que não integra o processo, desde que sejam observados os mesmos requisitos exigidos da parte. A tese foi fixada no julgamento de incidente de recursos repetitivos (Tema 41) e deverá orientar as decisões da Justiça do Trabalho em todas as instâncias.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Executivo

[Novas regras garantem mais segurança em contêineres usados como alojamentos e escritórios](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 26/03/2026

A Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP) aprovou, com 95% de consenso, o Anexo IV da Norma Regulamentadora nº 24 (NR-24), que estabelece, pela primeira vez, regras específicas para o uso de módulos pré-fabricados e contêineres marítimos transformados para ocupação humana. A medida representa um avanço significativo na promoção de ambientes de trabalho mais seguros, saudáveis e adequados para trabalhadores que utilizam essas estruturas como refeitórios, dormitórios, escritórios ou instalações de apoio.

[Conselho aprova uso do FGTS para saúde e amplia faixas de renda habitacional](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 24/03/2026

O Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CCFGTS) aprovou, nesta segunda-feira (24), a destinação de recursos do fundo para a área da saúde, além da ampliação das faixas de renda para a habitação. A medida permitirá a liberação de crédito para hospitais filantrópicos e entidades sem fins lucrativos vinculadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), no âmbito do Programa Agora Tem Especialista.

[Governo do Brasil reforça aplicação das regras do auxílio-alimentação e refeição para todas as empresas](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 24/03/2026

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) reforça que as regras do [Decreto nº 12.712/2025](#),

RADAR TRABALHISTA

que moderniza o uso do vale-alimentação (VA) e do vale-refeição (VR) no Brasil, se aplicam a todas as empresas que oferecem esses benefícios, estejam ou não vinculadas ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). A medida busca garantir condições iguais, evitar cobranças indevidas e assegurar o uso adequado do benefício, protegendo trabalhadores, estabelecimentos e empresas contratantes.

[Ministro Luiz Marinho recebe Federação Internacional de Trabalhadores da Construção e discute agenda global de trabalho decente](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 23/03/2026

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, recebeu, nesta segunda-feira (23), o secretário-geral da Federação Internacional de Trabalhadores da Construção e da Madeira (ICM), Albert Emilio Yuson, para tratar de temas relacionados à cooperação internacional e às condições de trabalho no cenário global.

[FGTS Digital passa a receber parcelas em atraso do Crédito do Trabalhador](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 23/03/2026

A partir de fevereiro de 2026, as parcelas do Crédito do Trabalhador descontadas dos trabalhadores e não pagas no prazo deverão ser quitadas exclusivamente pelo [FGTS Digital](#). A medida está prevista na [Portaria MTE nº 506/2026](#) e permite o recolhimento, com encargos, de parcelas em atraso e também das que ainda vão vencer, no âmbito do Programa Crédito do Trabalhador. O objetivo é simplificar e tornar mais ágil a regularização desses pagamentos.

[Governo Federal prorroga por 90 dias prazo para contestar descontos indevidos em benefícios](#)

Ministério da Previdência Social - 27/03/2026

O INSS prorrogou por mais 90 dias o prazo para que aposentados e pensionistas contestem descontos associativos não autorizados em seus benefícios previdenciários. Com a

RADAR TRABALHISTA

nova medida, publicada no Diário Oficial da União, o limite para a contestação passa de 20 de março para 20 de junho.

[Mutirão de perícia médica fará mais de 37 mil atendimentos nos dias 28 e 29 de março](#)

Ministério da Previdência Social - 25/03/2026

O Ministério da Previdência Social, por meio da Perícia Médica Federal, realizará mutirão neste fim de semana (28 e 29 de março) em cidades de todas as regiões brasileiras. Serão realizadas mais de 37 mil perícias médicas, para benefícios por incapacidade e assistenciais (BPC/LOAS), contribuindo para a redução do tempo de espera dos cidadãos.

[Novo Atestmed acelera a decisão de análise de benefícios por incapacidade temporária](#)

Ministério da Previdência Social - 25/03/2026

O Ministério da Previdência Social (MPS) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) lançam nesta terça-feira (24), pela [Portaria Conjunta MPS/INSS N° 13, de 23 de março de 2026](#), o Novo Atestmed para análise e decisão de benefícios por incapacidade temporária por meio de análise documental. Com as novas regras, o prazo máximo de duração desse benefício, quando concedido via Atestmed, será ampliado dos atuais 60 dias para até 90 dias. Além disso, a concessão ou o indeferimento de benefício realizado pela Perícia Médica Federal poderá ser feito mediante a emissão de parecer técnico fundamentado nos fatos, evidências e documentos médicos apresentados pelo requerente.

[CTPP mantém exigência de gerenciamento de fatores de risco psicossociais a partir de maio](#)

Fundacentro - 27/03/2026

Em sua primeira reunião do ano, nos dias 24 e 25 de março em Brasília/DF, a Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP) manteve 26 de maio para entrada em vigor da nova NR 1, norma regulamentadora de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais. Os empregadores pediram a prorrogação da data. Representantes do Governo, dos Trabalha-

RADAR TRABALHISTA

dores e do Ministério Público do Trabalho foram unânimes em manter o início previsto anteriormente. De 2019 a 2024, houve crescimento de 104,07% na concessão total de benefícios previdenciários relacionados a transtornos mentais. Apesar de o nexo com o trabalho ser reconhecido em apenas 2% dos casos, é essencial olhar para o papel que ele desempenha no adoecimento.

[Curso de SST na indústria da construção ocorrerá em abril no Rio Grande do Norte](#)

Fundacentro - 26/03/2026

A Fundacentro, em parceria com o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), realiza, de 06 a 08 de abril de 2026, o Curso de Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção. A capacitação acontece das 8h30 às 17h30, com apoio do Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon/RN). As aulas serão ministradas no IFRN, situado à avenida Senador Salgado Filho, 1559 - Tirol – Natal. Voltado à qualificação profissional no setor, o curso aborda a legislação de segurança e saúde no trabalho (SST), a identificação de riscos em canteiros de obras e as medidas de prevenção, além de orientar sobre a elaboração do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) aplicado à construção civil.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Fórum Paraense de Aprendizagem Profissional discute ações para 2026](#)

Ministério Público do Trabalho - 27/03/2026

O auditório da sede do Ministério Público do Trabalho no Pará e Amapá (MPT PA-AP), em Belém, recebeu nesta quinta-feira (26), representantes de instituições que integram o Fórum Paraense de Aprendizagem Profissional (FOPAP). O encontro buscou o alinhamento de diretrizes e ações que serão realizadas ao longo deste ano.

[Assédio eleitoral no trabalho entra na mira do MPT em Rondônia e Acre](#)

Ministério Público do Trabalho - 27/03/2026

O Ministério Público do Trabalho em Rondônia e Acre (MPT-14) intensifica o enfrentamento ao assédio eleitoral no ambiente de trabalho, prática que viola direitos fundamentais e compromete a liberdade de voto de trabalhadores e trabalhadoras.

[Resolução do Conselho Federal de Medicina que violava a privacidade de trabalhadores é revogada em âmbito nacional](#)

Ministério Público do Trabalho - 25/03/2026

Os integrantes da Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT-10) reformaram a sentença originária da 9ª Vara do Trabalho de Brasília, reconhecendo a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar os pedidos da ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal (MPT-DF) contra o Conselho Federal de Medicina (CFM), determinando, em âmbito nacional, anulação dos artigos 10 e 12 da Resolução CFM nº 2.323/2022.

RADAR TRABALHISTA

[MPT defende manutenção de prazos para aplicação da NR1](#)

Ministério Público do Trabalho - 25/03/2026

A possibilidade de novo adiamento da entrada em vigor das alterações promovidas, em 2024, no Capítulo 1.5 da NR-1 compromete a efetividade da política de prevenção em saúde e segurança no trabalho, cria uma percepção equivocada de vazio normativo, produz insegurança jurídica e proporciona interpretações oportunistas e conflitantes.

[Empresas pagarão R\\$ 10,7 milhões a mais de 400 trabalhadores resgatados de condições análogas à escravidão em MT](#)

Ministério Público do Trabalho - 23/03/2026

O Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso (MPT-MT) firmou, na última sexta-feira (20), dois Termos de Ajuste de Conduta (TACs) com as empresas Três Tentos Agroindustrial S/A, Construtao Engenharia Ltda. e TAO Construtora Ltda., estabelecendo o pagamento de R\$ 8,7 milhões por dano moral individual a mais de 400 trabalhadores resgatados em condições análogas às de escravo em Porto Alegre do Norte, no norte de Mato Grosso, distante cerca de 1,3 mil km da capital.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[NR-1: G1 destaca resistência de entidades com a possibilidade de adiamento da norma que trata de riscos psicossociais](#)

Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho - 25/03/2026

A resistência de entidades defensoras dos direitos dos trabalhadores, a exemplo do SINAIT, em relação à possibilidade de adiamento, pelo Ministério do Trabalho, da norma que passaria a punir empresas por ações que afetem a saúde mental dos trabalhadores é destacada em matéria do G1, desta terça-feira, 24 de março. A matéria diz que o SINAIT também criticou a possibilidade de nova prorrogação. “Os trabalhadores estão sofrendo as graves consequências da falta de implementação da NR-1”, afirma a entidade.

RADAR TRABALHISTA

Outras Notícias

[TRT-4 confirma justa causa de empregado que adulterou atestado](#)

Consultor Jurídico - 28/03/2026

A 7ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) confirmou a demissão por justa causa de um soldador que apresentou um atestado médico adulterado. A decisão confirmou a sentença do juiz Cristiano Fraga, do posto da Justiça do Trabalho de Panambi (RS).

[Perspectivas sobre o debate do fim da escala 6x1](#)

Consultor Jurídico - 28/03/2026

O noticiário dos últimos dias trouxe a informação de que a Câmara dos Deputados poderá votar em maio a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 8/2025, que propõe a extinção da escala de trabalho 6x1, regime no qual o trabalhador exerce suas atividades por seis dias consecutivos e usufrui um dia de descanso, sem redução salarial.

[Fornecimento de máscara com proteção inadequada leva a condenação de empresa](#)

Consultor Jurídico - 28/03/2026

A 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO) reformou sentença da 1ª Vara do Trabalho de Itumbiara (GO) e reconheceu o direito de um pintor ao adicional de insalubridade em grau máximo por exposição a solventes e tintas sem proteção respiratória adequada.

[Há fundamento constitucional para exigência de assistência sindical no pedido de demissão da gestante?](#)

RADAR TRABALHISTA

Consultor Jurídico - 28/03/2026

O mercado de trabalho brasileiro continua atravessado por desigualdades estruturais que atingem as mulheres de modo especialmente intenso, sobretudo quando a maternidade entra em cena. A tutela constitucional da gestante e o julgamento sob perspectiva de gênero não são concessões retóricas, mas imperativos jurídicos.

[Responsabilidade sindical em convenções e acordos coletivos de trabalho](#)

Consultor Jurídico - 27/03/2026

A dinâmica das negociações coletivas no Direito do Trabalho brasileiro sofreu relevantes transformações ao longo do tempo, especialmente com a promulgação da Constituição de 1988 e, mais recentemente, com a reforma trabalhista introduzida pela Lei nº 13.467/2017. Nesse contexto, a responsabilidade sindical no âmbito das convenções e acordos coletivos de trabalho emerge como tema central, sobretudo diante da ampliação da autonomia coletiva e da redefinição dos papéis dos sujeitos atingidos.

[FGTS Digital ainda não aposentou a GFIP nas ações trabalhistas](#)

Consultor Jurídico - 26/03/2026

A consolidação do módulo de processos trabalhistas do eSocial e a entrada em produção do FGTS Digital vêm transformando a forma como as empresas tratam obrigações decorrentes de condenações trabalhistas — mas não na velocidade que muitos profissionais de RH imaginavam.

[Situação do trabalhador entre o fim do benefício previdenciário e o retorno ao emprego](#)

Consultor Jurídico - 26/03/2026

RADAR TRABALHISTA

No cotidiano, é comum que muitas pessoas não saibam quais procedimentos devem ser adotados após a alta previdenciária e o conseqüente retorno do trabalhador às suas atividades laborativas. Isso porque, em diversos casos, mesmo após ser considerado apto pelo INSS, o empregado ainda não reúne condições reais de desempenhar suas funções.

[Ainda o acúmulo de funções: critérios do Tema Vinculante 128](#)

Consultor Jurídico - 24/03/2026

A Justiça do Trabalho testemunha o surgimento constante de novas ondas de pedidos em ações judiciais. Ao lado das tradicionais cobranças por horas trabalhadas além do expediente normal, a exigência de acréscimo salarial por um suposto acúmulo de funções assumiu um protagonismo evidente nos últimos anos.

[Ação coletiva não serve para contestar terceirização trabalhista](#)

Consultor Jurídico - 23/03/2026

O reconhecimento de vínculo de emprego exige a análise individualizada dos requisitos fáticos de cada trabalhador, como subordinação e onerosidade. Por essa razão, a alegação de fraudes na terceirização de relações trabalhistas não pode ser feita por meio de ação coletiva. Com base nesse entendimento, o juiz Diego Petacci, da 3ª Vara do Trabalho de Santo André (SP), julgou improcedentes os pedidos de um sindicato de trabalhadores em indústrias de borracha contra uma fabricante de pneus.

[Ações por assédio explodem na Justiça e expõem falhas no compliance das empresas](#)

Infomoney - 28/03/2026

A explosão das ações por assédio moral e sexual julgadas pela Justiça do Trabalho entre 2020 e 2025, com aumento de quase 45% no primeiro caso e de 126% no segundo, deixou de ser apenas um dado estatístico para se tornar um termômetro de como andam as relações de trabalho em todo o Brasil.

RADAR TRABALHISTA

[Alterações na NR 35 e Anexo de Escadas englobam análise de risco e capacitação](#)

Revista Proteção - 27/03/2026

A reunião da CTPP (Comissão Tripartite Paritária Permanente) que encerrou quarta-feira, dia 25, aprovou alterações na NR 35 (Trabalho em Altura) e também em seu Anexo III (Escadas) com foco em maior clareza e rigor técnico nos requisitos legais. O anexo entrou em vigor em janeiro deste ano, estabelecendo regras específicas para o uso de escadas individuais – fixas verticais, portáteis de encosto e autossustentáveis.

[Justiça amplia responsáveis por ressarcir INSS em auxílio-acidente decorrente de infração às leis](#)

Revista Proteção - 27/03/2026

A Justiça determinou que o empregador, seu sócio administrador e a empresa intermediadora de estágios devem ressarcir a Previdência Social pelos custos de auxílio-acidente vitalício destinado a um segurado que teve a mão direita amputada ao operar irregularmente máquina de grande porte. O trabalhador acidentado atuava na condição formal de estagiário, aos 17 anos de idade. A responsabilidade solidária também envolve a devolução do auxílio-doença concedido temporariamente.

[Riscos psicossociais dominam abertura da CTPP, porém reunião deliberou sobre outros pontos da agenda de SST](#)

Revista Proteção - 26/03/2026

A primeira reunião ordinária de 2026 da CTPP (Comissão Tripartite Paritária Permanente), realizada nos dias 24 e 25 de março, em Brasília, teve início sob um clima de tensão em torno da possibilidade de prorrogação da entrada em vigor do capítulo 1.5 da NR 1, que trata do gerenciamento dos riscos psicossociais no ambiente de trabalho. Prevista para vigorar a partir de 26 de maio, a medida voltou a ser questionada pela bancada patronal logo na abertura dos debates.

RADAR TRABALHISTA

[Sindicatos citam saúde e produtividade como argumentos para reduzir a jornada de trabalho semanal](#)

Revista Proteção - 25/03/2026

Representantes de sindicatos de trabalhadores defenderam nesta terça-feira (24) a redução da jornada máxima semanal no país como estratégia para melhorar a saúde mental, o tempo de convívio familiar e a eficiência dos trabalhadores brasileiros. Eles participaram de debate na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados.

[Medidas para redução de acidentes graves e fatais em altura motivam reunião do MPT com sindicatos no DF](#)

Revista Proteção - 25/03/2026

Na abertura dos trabalhos, a procuradora Karol Teixeira de Oliveira, explicou que o foco da reunião era para discutir medidas que propiciassem a redução dos números crescentes de acidentes de trabalho em altura, principalmente nos setores de construção civil e nos condomínios.

[NR-1: Governo estuda adiar mais uma vez regra que pune empresas por danos à saúde mental no trabalho](#)

Revista Proteção - 24/03/2026

O MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) quer adiar mais uma vez a norma que passaria a punir empresas por ações que afetem a saúde mental dos trabalhadores. A medida estava prevista para entrar em vigor em maio de 2025, ano em que, como o g1 revelou, o país bateu recorde no número de afastamentos por transtornos mentais, com custo bilionário aos cofres públicos. Após pressão de sindicatos patronais e empresas, o governo adiou a medida por um ano, para maio de 2026. Agora, novamente sob pressão, o MTE informou que estuda um segundo adiamento.

RADAR TRABALHISTA

[CTPP inicia hoje primeira reunião de 2026 com tensão em torno da NR 1 e os riscos psicossociais](#)

Revista Proteção - 24/03/2026

A 28ª reunião ordinária da CTPP (Comissão Tripartite Paritária Permanente), que acontece nesta terça e quarta-feira, 24 e 25 de março, e marca o primeiro encontro de 2026, deve ocorrer em meio a um ponto de tensão fora da pauta oficial. Embora o DSST (Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho) sustente que o tema dos riscos psicossociais no âmbito da NR 1 será tratado apenas como informe sobre o andamento dos trabalhos da CNTT (Comissão Nacional Tripartite Temática da NR 1), sem previsão de deliberação sobre o tema, representantes das bancadas de empregadores e trabalhadores avaliam que o assunto deve ganhar protagonismo nas discussões.

[Mecânico que descumpriu normas de segurança e fraturou o braço ao cair de escada não receberá indenização](#)

Revista Proteção - 23/03/2026

A 6ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-RS) manteve, de forma unânime, a decisão que negou o direito a indenizações por danos morais, materiais e estéticos e estabilidade acidentária a um mecânico de manutenção de uma indústria metalúrgica. O acórdão confirmou integralmente a sentença da juíza Deise Anne Longo, da 1ª Vara do Trabalho de Erechim.

[Curso aborda intervenções ergonômicas para o enfrentamento de fatores psicossociais relacionados ao trabalho](#)

Revista Proteção - 23/03/2026

A Fundacentro alterou para os dias 07 e 08 de maio a realização do curso “Para além do risco, o que está em jogo na saúde mental no trabalho? O olhar da Ergonomia e das Clí-

RADAR TRABALHISTA

nicas do Trabalho". As inscrições são gratuitas e seguem abertas. Com carga horária de 16 horas, a atividade é voltada a trabalhadores, estudantes, pesquisadores, cipistas, sindicalistas, profissionais de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) e demais interessados.

[Novo estudo da OIT e do Banco Mundial destaca o impacto global desigual da IA generativa nos empregos](#)

Organização Internacional do Trabalho - 27/03/2026

Um novo documento de trabalho conjunto da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Banco Mundial conclui que a inteligência artificial generativa (IA generativa) deve remodelar os mercados de trabalho em todo o mundo, mas com impactos desiguais entre os países. Nas economias em desenvolvimento, a disrupção pode se materializar mais rapidamente do que os ganhos de produtividade, devido às lacunas digitais existentes e às diferenças na forma como o trabalho é realizado.

[Prêmio Seconci-SP está com inscrições abertas](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 27/03/2026

A 10ª edição do Prêmio Seconci-SP de Saúde e Segurança do Trabalho foi lançado em 4 de março e o prazo de inscrições vai até 10 de abril. O Prêmio Seconci-SP tem como objetivo reconhecer, valorizar e disseminar as melhores práticas integradas, desenvolvidas nos canteiros de obra, que contribuam para a promoção da saúde, da segurança, da proteção ao meio ambiente e da responsabilidade social no setor da Construção Civil no Estado de São Paulo.

[CPRT debate redução da jornada de trabalho, negociações coletivas e riscos trabalhistas na primeira reunião de 2026](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 27/03/2026

RADAR TRABALHISTA

A Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) realizou, nesta sexta-feira (27), sua primeira reunião de 2026, em formato on-line. O encontro, exclusivo para associados, abordou temas estratégicos para o setor, como redução da jornada de trabalho e escala 5x2, II Conferência Nacional do Trabalho, negociações coletivas, riscos trabalhistas e cotas para pessoas com deficiência.

[Comissão de Trabalho adia debate sobre projeto alternativo que prevê escala 5x2](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 26/03/2026

A Comissão de Trabalho (CTRAB) da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira (25), requerimento para adiar a discussão do Projeto de Lei (PL) 67/2025, que trata da redução da carga semanal de trabalho para 40 horas. O pedido foi apresentado pelos deputados Capitão Alden (PL-BA) e Luiz Gastão (PSD-CE). Com a decisão, o texto só poderá retornar à pauta após 2 de abril.

[Portaria estabelece novas regras para empregadores em empréstimos consignados descontados em folha](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 25/03/2026

A Portaria nº 506/2026, publicada em 20 de março, trouxe novas regras para o recolhimento de valores de empréstimos consignados descontados em folha de pagamento. O normativo altera a Portaria MTE nº 435/2025 e estabelece critérios e procedimentos operacionais, inclusive para pagamentos realizados em atraso.

[CBIC realiza levantamento sobre impactos da redução da jornada de trabalho na construção](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 24/03/2026

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) iniciou um levantamento nacio-

RADAR TRABALHISTA

nal junto às empresas do setor para mapear os possíveis impactos da redução da jornada semanal de trabalho e da eventual extinção da escala 6x1 na construção civil. O tema está em debate no Congresso Nacional e pode trazer mudanças relevantes para a organização das obras, com reflexos na produtividade das equipes, nos custos da mão de obra, nos prazos de execução e no preço final dos empreendimentos.

[Indústria da construção: estudo em parceria com CNI projeta queda do emprego e de novos empreendimentos nos próximos meses](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 23/03/2026

Os empresários da indústria da construção acreditam que haverá queda do emprego e redução do lançamento de empreendimentos e serviços nos próximos seis meses. É o que revela a Sondagem Indústria da Construção, divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em parceria com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), nesta segunda-feira (23).

RADAR TRABALHISTA

Atos Normativos

[PORTARIA CONJUNTA MPS/INSS Nº 13, DE 23 DE MARÇO DE 2026](#) (DOU de 24/03/2026 Seção I Pág. 93) - Disciplina a execução do exame médico-pericial por meio de análise documental para o benefício de auxílio por incapacidade temporária, conforme estabelecido no art. 60, § 11-A, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

[PORTARIA CONJUNTA MPS/INSS Nº 14, DE 23 DE MARÇO DE 2026](#) (DOU de 24/03/2026 Seção I Pág. 93) - Autoriza, em caráter excepcional e transitório, a ampliação do prazo máximo de duração do auxílio por incapacidade temporária concedido por meio de análise documental;

[PORTARIA CONJUNTA MPS/INSS Nº 15, DE 23 DE MARÇO DE 2026](#) (DOU de 24/03/2026 Seção I Pág. 93) - Disciplina a análise documental nos requerimentos do benefício de auxílio-acidente, previsto no art. 86 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

[LEI Nº 15.363, DE 26 DE MARÇO DE 2026](#) (DOU de 27/03/2026 Seção I Pág. 01) - Altera o art. 45-A da Lei nº 8.212 e o art. 96 da Lei nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para dispensar do pagamento de multa para contagem recíproca de tempo de serviço o segurado que tenha exercido atividade dispensada do registro previdenciário obrigatório;

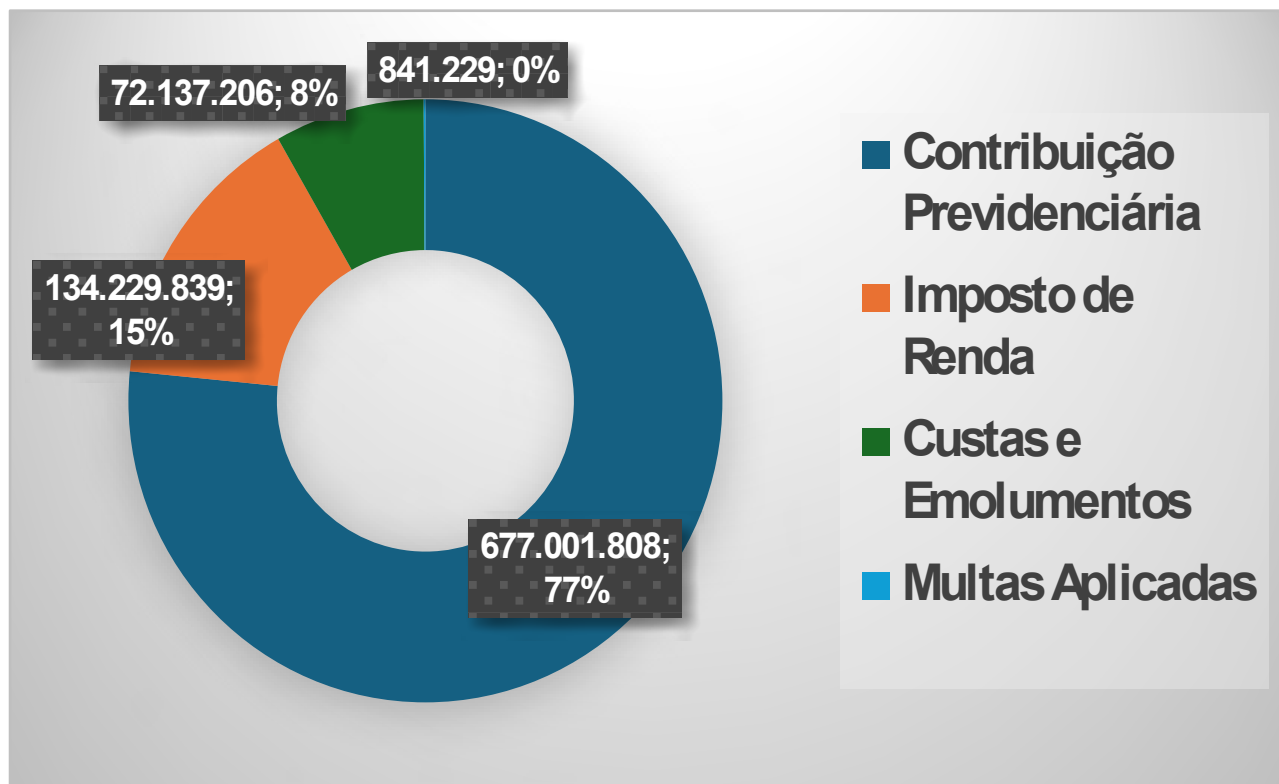
[INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS Nº 202, DE 25 DE MARÇO DE 2026](#) (DOU de 27/03/2026, Seção I Pág. 355) - Altera a Instrução Normativa PRES/INSS nº 186, de 12 de maio de 2025, que estabelece fluxo de consulta, contestação e restituição por entidades associativas e sindicais de descontos indevidos de mensalidades associativas.

RADAR TRABALHISTA

Dados estatísticos do TST

Série histórica dos valores arrecadados na Justiça do Trabalho no ano de 2025 (fevereiro/26):

:



Fonte: Tribunal Superior do Trabalho - TST

RADAR TRABALHISTA

Expediente

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CBIC)

Renato Correia
Presidente

Fernando Guedes Ferreira Filho
Presidente Executivo

COMISSÃO DE POLÍTICA DE RELAÇÕES TRABALHISTAS (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin
Vice-presidente da CPRT/CBIC

Gabriela Serafim
Gestora de Projetos da CPRT/CBIC

QUEIROZ NETO ADVOGADOS

Clovis Veloso de Queiroz Neto
Consultor CBIC e Responsável Técnico